

“OS ESTILHAÇOS”: debate intelectual sobre a fundação francesa de São Luís do Maranhão¹

Jhonatan Uelson Pereira Sousa

Licenciado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Coordenador do Instituto de Pesquisas e Estudos de Governo (IPESG/EFG-MA)

Resumo: Analisamos os desdobramentos do livro “A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos”, da Prof^a. Maria de Lourdes Lauande Lacroix, no meio intelectual maranhense, que, através de escritos publicados nos jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial, entre junho de 2001 e outubro de 2005, levantaram argumentos contra ou a favor da tese da autora. Concluimos que os argumentos de Lourdes Lacroix passam incólumes, ou seja, sua tese não é derrubada ou contestada racionalmente. O mito é reafirmado pelos que optaram em referendá-lo, ignorando o debate levantado.

Palavras-chave: Debate intelectual; historiografia; Fundação de São Luís.

Abstract: Analyse the unfolding of the book “The French Foundation of Saint Louis and your myth”, by Professor Maria de Lourdes Lauande Lacroix, in the middle intellectual maranhense, who across written published in the journal the State of Maranhão and The Imparcial, between june of 2001 and october of 2005, grow up argument against of favour about the thesis of writer. Concluding that the thesis of Lourdes Lacroix there isn't valid argument, that is yours arguments aren't contesto f thrown down rationality. The mith is reaffirm by one who countersign it, ignoring the thesis.

Key-words: Debate intellectual; Historiography; Foundation of Saint Louis.

Questões introdutórias

A “pedrada no espelho” que o livro “A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos”, da professora Maria de Lourdes Lauande Lacroix², representou, espalhou seus

¹ Este artigo é uma versão reformulada do Capítulo 3 da monografia “‘Uma pedrada no espelho’: revisão historiográfica da fundação de São Luís”, apresentada em dezembro de 2006, sob orientação da Prof^a. Jalila Ayoub Jorge Ribeiro, no Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), para obtenção do título de licenciado.

² Professora aposentada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É Professora Assistente do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA – Campus São

estilhaços na seara intelectual maranhense, ativando o debate sobre a fundação francesa de São Luís.

A autora apresenta como tese central de seu trabalho a inexistência de qualquer menção aos franceses como fundadores na historiografia maranhense dos séculos XVII, XVIII e XIX, demonstrando que os gauleses sempre foram tratados como invasores. Identifica a atribuição do papel de fundadores a uma construção originada em fins do século XIX e início do século XX. Ressalta, ainda, a singularidade da cidade de São Luís em relação às demais capitais brasileiras – “a única fundada por franceses”, versão esta construída num ambiente de decadência econômica e marasmo social pelas elites locais decadentistas, forjando um passado de ouro; nobilitado pela fundação francesa e efervescência intelectual da Atenas Brasileira.

O debate encaminhado a partir do lançamento do livro, em junho de 2001, transcorre nas páginas do jornal O Estado do Maranhão, e em menor grau, no jornal O Imparcial, ambos com grande circulação no Estado e com destacável número de assinantes. O debate alcança outubro de 2005, quando identificamos o último registro sobre o assunto.

Centramos nosso foco nos textos produzidos por autores individuais ou matérias assinadas, os quais apresentamos de forma sintética, preservando as idéias centrais, traçando, em seguida, uma análise. A partir do material, classificamos os autores em três grupos: o *intelectual*, o *acadêmico-jornalístico* e o *acadêmico externo*.

O grupo *intelectual* é constituído pela autora, Maria de Lourdes Lauande Lacroix, por Flávio Reis e por Flávio Soares. A primeira é professora da Universidade Estadual do Maranhão, e os demais professores da Universidade Federal do Maranhão. A denominação está relacionada aos estudiosos e ao papel desempenhado por eles na sociedade contemporânea, caracterizados pelo espírito crítico, sempre pondo em questão o que parece dispensar explicações, posto que questionadores do *status quo* e das verdades estabelecidas³.

Consideramos formadores do grupo *acadêmico-jornalístico* Jomar Moraes, Antonio Carlos Lima, Rafael Moreira, Clóvis Cabalau, Ubiratan Teixeira, Abel Ferreira,

Luís). Graduada em Direito e História. Especialista em História Contemporânea pela Universidade de Laval (Canadá). Mestre em Filosofia da Educação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Publicou os livros “Educação na Baixada Maranhense 1828-1889”; “A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos”; “A Campanha da Produção 1948-1958” e “Jerônimo de Albuquerque: guerra e fundação no Brasil colonial”.

³ Sobre o debate acerca da intelectualidade Cf. NOVAES, 2005; NERCOLINI, 2002; e, ROMANO, 1998.

Wilson Pires Ferro e José Marcelo do Espírito Santo, cujos escritos se caracterizam pela defesa da tese da fundação francesa e da Atenas Brasileira. São considerados “acadêmicos” mais pelo fato de estarem relacionados, em sua maioria, à Academia Maranhense de Letras (AML) e ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), do que por integrarem os quadros universitários. O segundo termo (“jornalístico”) é vinculado à profissão de jornalista e ao fato de muitos possuírem colunas no jornal O Estado do Maranhão.

O grupo *acadêmico externo* tem as mesmas características do anterior. É representado por Marcos Fábio Belo Matos, Nicolas Fornerod, José Chagas, Antonio Martins de Araújo e Sávio Dino. O que o diferencia é a participação tímida no debate, praticamente de fora da discussão, intervindo mais para reforçar proposições dos grupos anteriores ou simplesmente repeti-las.

A participação dos grupos no debate pode ser dividida em duas fases: na primeira, o grupo *intelectual* fala às paredes, seus argumentos são ignorados e não são levados em conta pelos outros grupos nas suas manifestações; na segunda, o grupo *acadêmico-jornalístico* leva em conta algumas das proposições do grupo *intelectual* e tenta desconstruí-las, enquanto reinterpreta o mito da fundação, mantendo-o.

Nascida francesa, e ponto final

A apresentação de Arlete Nogueira da Cruz⁴ ao livro de Lourdes Lacroix, “A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos”, escrita em junho de 2001, é a primeira manifestação sobre o trabalho. Arlete fala da carreira e das publicações de Lourdes Lacroix, da amizade e convivência que tiveram desde a infância, dos gostos pela literatura, música, cinema e escola. Afirma, ainda, que o livro vem lançar novas perspectivas na interpretação de velhos fatos de nossa história.

Seguidamente a este texto, e no mesmo mês, Jomar Moraes, sob o título de “De gripe e de franceses no Maranhão”⁵, fala de uma gripe que o consumiu durante toda a semana e o impediu de participar de muitos eventos, entre eles, a reunião da Academia Maranhense de Letras e o lançamento do livro de Lourdes Lacroix. Refere-se à autora

⁴ 5/jun/01 – O Estado do Maranhão, CP. p. 6. Optamos, no presente artigo, fazer referência a jornais através de notas de rodapé.

⁵ 13/jun/01 – O Estado do Maranhão, CP., Coluna “Hoje é Dia de”, p. 8

como amiga e colega desde os anos 1970, quando fizeram o curso intensivo de Pesquisas Históricas, ministrado pelo brasileiro John Schulz. Considera que o trabalho da autora é honesto e exige uma honesta apreciação, mas afirma que São Luís foi fundada pelos franceses. Tal fato, segundo Moraes, não autoriza ninguém a supor que São Luís seja um burgo francês, dado que os portugueses construíram seu centro histórico.

Ainda sobre a temática, em “Nascida francesa, com certeza”⁶, Jomar Moraes ressalta a amizade com a autora e elogia seu estilo de escrita, observando que “a história é uma colcha a que muitos vêm fazendo questão de pespegar seus retalhos”. Considera que é louvável a intenção da autora de combater versões fantasiosas, mas arrisca-se transitar do oitenta para o oitenta, ou seja, afirmar que os franceses não vieram aqui, transitaram e moraram muito antes de 1612. Aponta, ainda, que muitas cidades nasceram de um forte e não conservaram o nome do mesmo, como São Luís o fizera.

Jomar Moraes, num primeiro momento, entende que a fundação de São Luís não implica em terem, os franceses, construído uma cidade e, num outro, teme que o trabalho de Lourdes Lacroix possa levar à conclusão de que os mesmos nem aqui vieram. Para ele, a permanência dos franceses antes e depois de 1612, assim como a conservação do nome do forte pela cidade, são garantias suficientes do nascimento francês de São Luís.

Entende-se que o “oitenta ou oitenta” alertado por Moraes já tenha ocorrido, quando a curta permanência dos franceses foi interpretada como fundação e os sinais de reação à idéia de que não foi fundada por franceses produzem algumas confusões, como a de se acreditar que houve uma incorporação da cultura francesa ou ainda que uma tela produzida no século XX seja prova de uma fundação no século XVII⁷.

Flávio Reis faz sua primeira intervenção: “Franceses, atenienses e historiadores no Maranhão”⁸. Afirma que o debate começou mal, sem argumentações convincentes e ainda preso numa interpretação do significado da chegada. Considera que, no Brasil, a idéia de formação projetada para o futuro, para a construção da nação, enquanto no Maranhão ocorre a busca de um passado idílico de terra da cultura e da civilidade para compensar o atraso econômico. Dessa forma, o marco do estabelecimento de uma colônia

⁶ 20/jun/01 – O Estado do Maranhão, CP., Coluna “Hoje é Dia de”, p. 8.

⁷ Cf.: O Imparcial, 17/jun/01, Caderno “Família & Cia”, p. 2; e, O Estado do Maranhão, 17/jul/01, Caderno “Alternativo”, p.1.

⁸ 1/jul/01 – O Estado do Maranhão, CP. p. 3.

virou marco de fundação da cidade, rejeitou-se Jerônimo de Albuquerque, verdadeiro fundador, por Daniel de La Touche. Segundo Reis, a historiografia maranhense se caracteriza por trabalhos laudatórios e repetitivos, que se faz através de uma simples repetição canônica de autores, povoando a história de sombras, personagens, fatos e processos irrealistas. Para ele, importa que, lançada “a pedra ao espelho”, fiquemos com os estilhaços, algo diferente das antigas cantinelas de nossa história.

Seguem-se os textos de Antonio Carlos Lima e Rafael Moreira, publicados no mesmo dia.

Antonio Carlos Lima, em “Tempos de glória”⁹, afirma que o Maranhão viveu um período áureo nos 40 anos do pós-independência, tornando-se referência cultural nacional com uma constelação de celebridades, destacando-se em todas as áreas do conhecimento. Novo período de destaque seguiu-se aos 1900, com a Atenas Cultural e as riquezas do algodão. Segundo Lima, ao desconsiderarmos esse passado áureo damos a impressão “tristíssima” de ser um povo que não compreende seu passado, uma “raça” que não se orgulha do seu título, não vislumbrando sua significação. Para ele, devemos recuperar esses elementos e orgulharmo-nos de sermos maranhenses.

Rafael Moreira, em “Visões do passado”¹⁰, considera que os mapas produzidos pelos franceses durante sua permanência no Maranhão servem de matrizes para considerarmos São Luís como uma das únicas capitais brasileiras que se pode vislumbrar, em concreto, o momento inicial da sua fundação. Afirma, ainda, que os mapas franceses foram “lusitanizados” após a expulsão, sendo que o engenheiro-mor Francisco de Frias Mesquita construiu o esquema ortogonal que foi base do crescimento da cidade até 1970, comprovando, segundo ele, a forte presença francesa, o que explica, contra tudo e todos, o nome de São Luís, dado na fundação por Daniel de La Touche.

Observa-se que o trabalho de Antonio Carlos Lima repete tudo o que já se tem como verdadeiro em relação à Atenas Brasileira, entendendo que o fato de ter existido um “passado áureo” é motivo significativo de “orgulhar-se de ser maranhense”, mas não faz nenhuma ilação quanto aos argumentos de Lourdes Lacroix sobre a paralisia que esse passado e orgulho implicaram às gerações posteriores, ou seja, de que o entendimento de

⁹ 15/jul/01 – O Estado do Maranhão, CP. p. 1.

¹⁰ 15/jul/01 – O Estado do Maranhão, CP. p. 3.

que o Maranhão “já deu certo”, obnubilou a realidade de pobreza e atraso em que a maioria da sociedade viveu ou vive até hoje.

O trabalho de Rafael Moreira se mostra contraditório ao entender que os mapas franceses do século XVII, lusitanizados após a expulsão, sejam provas da existência concreta da cidade de São Luís, mas, logo em seguida, reconhece que os portugueses é que construíram as bases urbanas com as quais a cidade cresceu, repetindo Jomar Moraes ao entender que a preservação do nome do forte já é prova de uma fundação francesa.

Flávio Soares entra no debate uma única vez, realizando um apanhado do já posto até então, com o artigo “Miopia e surdez de Clio, a musa da história, no MA”¹¹, onde analisa que a historiografia local apresenta uma coexistência problemática entre miséria social e sublimação. Isso caracterizaria uma esclerose do pensamento acadêmico, aprisionado entre o desejo de superar o tradicional e alcançar a excelência, onde o Maranhão é apresentado como se já tivesse “dado certo” pelo mundo míope e mouco dos “quase-historiadores” e historiadores atuais. Estas pessoas projetam velhos desejos de afago do passado em modernas fantasmagorias (desenhos, gravuras e quadros), sendo “reflexos de reflexos”, para Soares, traços da simulação narcísica enveredando um orgulho puro e vil, disfarçado num medíocre esforço persuasivo.

Logo após, em “Da Atenas Brasileira”¹², Marcos Fábio Belo Matos afirma que São Luís é uma velha dona franco-lusitana, e que a Atenas realmente existiu, pouco lembrando a tropicalidade nacional, com roupas, jornais em francês, luxo, abundância, elegância e fino trato, passeios, festas, reuniões, jovens que estudavam na Europa e que, quando voltavam, destacam-se pela cultura coimbrã, constituindo um verdadeiro *ethos* de São Luís nonacentista: europeu, erudito, clássico e ateniense, afastando-se do sertanismo. Esse *ethos*, porém, com o caos da abolição e a crise da lavoura não retornou jamais, permanecendo apenas o culto dos antepassados provocado pela derrocada econômica. Segundo ele, a Atenas Brasileira se transformou numa mera imagem cristalizada e impregnada no inconsciente coletivo, mas que deve ser lembrada como um exemplo a ser perseguido continuamente.

¹¹ 22/jul/01 – O Estado do Maranhão, CP. p. 6.

¹² 24/jul/01 – O Estado do Maranhão, CP. p. 6.

O que propõe Marcos Fábio é a inversão da compreensão sobre o mito ateniense, expressa pelo grupo *intellectual*, ou seja, ele deve servir para uma mobilização da sociedade em busca de uma nova Atenas Brasileira. Ao lado disso, ignora a não exclusividade desse “*ethos* nonacentista” a São Luís, num século XIX influenciado fortemente pelos ventos europeus, especialmente franceses, em todo o Brasil, além da premência da cultura coimbrã¹³ em praticamente toda a elite brasileira do período.

O debate ganha mais uma contribuição de Lourdes Lacroix com “Os Franceses, a pirataria e a colonização do Norte”¹⁴, onde demonstra que, a partir das invasões e tentativas de instalação de feitorias e colônias por corsários e piratas franceses nas costas coloniais brasileiras (na Bahia, São Tomé, Rio de Janeiro, Paraíba, Sergipe, dentre outras capitanias), a experiência do Maranhão não constituiu nenhuma novidade ou singularidade. Pelo contrário, provocou forte reação portuguesa com maior patrulhamento da costa e o combate e expulsão dos invasores. Ao mesmo tempo, mostra como a colonização foi efetivada pelas expedições portuguesas, algumas delas lideradas por Jerônimo de Albuquerque, com medidas de fundação e constituição jurídico-militar, sendo que os franceses, a rigor, não fundaram nada, pois nem nos documentos que elaboraram durante a permanência no Maranhão finalizavam com vila ou cidade de São Luís, mas apenas, Ilha de Upaon-açu, Maranhão ou Forte de São Luís.

Em linha semelhante à adotada por Jomar Moraes, Nicolas Fornerod em “La Ravardiere e a França Equinocial”¹⁵, aponta que o rápido desaparecimento da colônia francesa não nos pode levar a esquecer que ela representou a única alternativa ao avanço português e um sério perigo. Segundo Fornerod, a ameaça do competente e engenhoso La Ravardiere foi demonstrada com sua prisão e posterior proibição de voltar ao Maranhão. O autor ainda afirma que as possessões lusitanas tinham grande precariedade e vulnerabilidade, lamentando que a revanche de La Ravardiere não ocorresse e as terras do Brasil ficaram definitivamente perdidas para a França.

O texto de Fornerod não identifica nenhuma preocupação com a discussão sobre a fundação francesa, e sim com a importância do projeto da França Equinocial e a

¹³ Para uma interpretação significativa sobre a influência da cultura coimbrã na formação da elite brasileira, Cf. SIMÕES, Teotônio. **Bacharéis na Política, a Política dos Bacharéis**. Disponível em www.teotonio.org/teses.

¹⁴ 5/ago/01 – O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 6.

¹⁵ 23/ago/01 – O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 1.

ameaça que representou às desprotegidas colônias do Norte, ao passo que revela certo descontentamento com a expulsão e malogro da experiência francesa, e uma primeira tentativa de “demonizar” os portugueses em contraposição à exaltação dos franceses.

Em seguida, no texto denominado “Antes que a onda chegue”¹⁶, Ubiratan Teixeira, afirma que os professores de história não se cansam de repetir ano-após-ano, geração após geração, o indefectível “o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral”. Para ele, o sete histórico lembra Pedro I e a independência, e o oito varonil é marcado pelo “Te Deum Laudamus” que marcou a existência civil desta cidade. Considera que raras nações modernas podem escrever sua história como o Maranhão e se São Luís não está na história geral do Brasil é por pura discriminação dos historiadores oficiais, pois o Maranhão foi, é, e continuará sendo séculos afora, “pólo cultural do país”, pois o Sul-maravilha tem o dinheiro, mas nós somos os criadores, comandando as revoluções estéticas do naturalismo, romantismo e modernismo. Para Ubiratan Teixeira, se as personalidades que construíram a nação maranhense são hoje desconhecidas é por culpa dos educadores.

Ubiratan Teixeira apresenta três questões bastante interessantes: compreende a história como um discurso repetitivo onde não existe espaço para interpretações, daí entender que o registrado por todo o século XX como fundação não pode ser mudado, mas sim repetido; entende que as cerimônias religiosas marcaram a “existência civil de São Luís”, misturando as esferas religiosa e civil-militar e, ao mesmo tempo, ignorando que esses atos representaram a posse da terra e a expansão do cristianismo; por último, reafirma a idéia de Atenas Brasileira com o Maranhão sendo “pólo cultural do país” *ab eternum*, pois considera que tivemos maranhenses liderando as “revoluções estéticas”, sendo o “Sul maravilha” dono do dinheiro e nós, criadores, constituindo uma verdadeira “nação maranhense”.

O mito ateniense é caro à Ubiratan Teixeira, sendo mais importante que a fundação, substituída por uma “existência civil”. As especulações por ele levantadas demonstram a necessidade de pesquisas que revelem até que ponto os maranhenses dessa “Atenas” guardaram alguma ligação com o Maranhão, se nele apenas nasceram, construindo suas carreiras em outras paragens, se a sociedade da época mostrou-se acolhedora ou pelo menos tomou conhecimento de suas idéias, se realmente constituíram

¹⁶ 7/set/01 – O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, Coluna “Hoje é Dia de”, p. 8.

uma exceção no conjunto da nação brasileira, chegando a formar uma nação maranhense ou se, na verdade, foram contemporâneos que, convivendo num mesmo espaço, foram entendidos por uma geração posterior como possuidores de uma identidade singular no passado.

Na primeira intervenção em que cita o trabalho de Lourdes Lacroix, Clóvis Cabalau, sob o título “Herança à prova da história”¹⁷, alinha os argumentos de Lourdes Lacroix sobre a fundação francesa ter sido um tipo de consolo em contrapartida à decadência da época, sobre os intelectuais que cultuavam um passado glorioso e sobre o *status* derivado da suposta origem francesa, contrapondo esses elementos aos argumentos de Ananias Martins, que reconhece os franceses como primeiros colonizadores, dado que tomaram posse, com rituais e estatutos, e passaram quase três anos habitando, mesmo que atribua o mérito de consolidação do município aos portugueses.

A partir daí, Clóvis Cabalau entende que se perguntamos na escola que povo de além-mar fundou o primeiro núcleo de povoamento, juntando índios e europeus na ilha de São Luís, em função do qual se definiu o território ocupado e foi expandido posteriormente pelos portugueses e, em seguida, desenvolvido pelos brasileiros independentes, a resposta será uma só: francês. Por fim, Cabalau apresenta os argumentos de Mário Meireles que dizem que os franceses não tiveram tempo hábil para construir uma cidade, mas sim, um povoado, inclusive dotado de leis fundamentadas na França Equinocial. Exageros à parte, o mais correto seria, para Cabalau, dizer que São Luís é uma cidade portuguesa que nasceu francesa, e ponto final.

Clóvis Cabalau faz uma bricolagem dos depoimentos de historiadores, tomando partido pela fundação francesa, apesar de não afirmá-la por falta de embasamento e segurança nos depoimentos, pois nenhum confirmaria a ocorrência de uma fundação, mas convergem para a versão de que “São Luís é uma cidade portuguesa que nasceu francesa, e ponto final”, atribuída a Mário Meireles, já que foram os primeiros a construir um núcleo de povoamento, conforme reiterou Ananias Martins.

Dessa forma, Cabalau reinterpreta as frágeis construções francesas (o povoado ou o núcleo de povoamento) enquanto comprovadoras do “nascimento francês” de São Luís. Isso numa tentativa de findar o debate (“e ponto final”). Em sua reformulação do mito

¹⁷ 8/set/01 - O Estado do Maranhão, Caderno “389 Anos Parabéns São Luís”, p. 2

não aborda os elementos da tese de Lourdes Lacroix, apesar de citá-la, reforçando a versão de Jomar Moraes sobre o nascimento francês da cidade, mas não atenta para o fato de que a resposta à pergunta por ele formulada (“francês”) só veio a existir no século XX.

Em contrapartida, José Chagas, em “A aniversariante e as três fatias do bolo”¹⁸, afirma que não cabe mais repetir que São Luís é a única capital brasileira fundada por franceses, considerando as divergências de natureza histórica. Para ele, é necessário um questionamento sobre essa obsessão pelos franceses, atribuindo o sonho da França Equinocial mais a nós do que a eles (franceses), ou que o sonho acabou para eles, nunca para nós. Enfim, para ser “historicamente justa”, São Luís teria que ofertar fatias de seu bolo de aniversário, não só aos franceses, mas também aos portugueses e holandeses.

José Chagas é o primeiro a aderir aos argumentos de Lourdes Lacroix. Compreende ser impossível a manutenção dos franceses como fundadores. Ao mesmo tempo, entende que também eles (franceses) e os holandeses, ao lado dos portugueses, devem ser responsabilizados pela fundação, numa compreensão de “justiça histórica”, estranha à disciplina, mas aceitável em seus argumentos. De fato, o mais importante seria o questionamento sobre essa “obsessão pelos franceses”, devendo-se chamar a França Equinocial de sonho “mais nosso do que deles”, ou seja, algo que foi acalentado, desejado pelas elites decadentistas, difícil de ser eliminado ou abandonado mesmo com as “divergências históricas”.

Lourdes Lacroix, em “Aventura dos franceses no Maranhão”¹⁹, faz sua segunda intervenção, onde considera indiscutível a tentativa francesa de fundar uma colônia no norte do Brasil. Entende, porém, a partir da análise dos documentos franceses produzidos á época, que, de fato, os franceses não fundaram efetivamente nada, fora o Foirt Saint-Louis. Argumenta também que os franceses não dispunham da certeza do apoio real francês frente à oposição portuguesa e da Igreja Católica, o que os levou, segundo ela, a adiar qualquer formação jurídico-administrativa. Ressalta que nos séculos XVII, XVIII e XIX, os mesmos gauleses foram sempre considerados invasores e a data de 8 de setembro nunca figurou como aniversário de São Luís, e sim dia da Natividade de Nossa Senhora,

¹⁸ O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, Coluna “Hoje é Dia de”, p. 8.

¹⁹ 11/nov/01 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 6.

enquanto que o dia 21 de novembro figurava como “aniversário da reconquista do Maranhão”.

Lourdes Lacroix reforça os argumentos sobre a inexistência da qualquer fundação da cidade, ou mesmo de constituição jurídico-administrativa referente à municipalidade, assim como de que o tratamento dispensado aos franceses até o século XX era de “invasores”, demonstrando que a construção da fundação francesa de São Luís é contemporânea e não tem respaldo histórico.

Fundada por franceses

A segunda fase do debate é iniciada com a intervenção de Antonio Martins de Araújo, em “O sonho de João de Barros no MA”²⁰, que trata das primeiras tentativas malogradas dos portugueses em colonizar o Maranhão, lideradas pelo donatário João de Barros e seus filhos, o que abriu espaço para a ameaça francesa que, segundo ele, não prosperou devido a não realização de um casamento inter-dinástico das coroas francesa e portuguesa.

O texto de Antônio Martins de Araújo remete ao discurso do malogro das tentativas de colonização portuguesa e conseqüente abandono do Maranhão pelos mesmos. O malogro produziria o sentimento já destacado por Nicolas Fornerod: uma vontade de que o projeto francês tivesse dado certo, mas que, atrapalhado por uma conjuntura internacional desfavorável, não pôde ser retomado.

No texto “São Luís e seu triste destino”²¹, José Chagas entende que a fundação da cidade é incerta, devido à confusão de seus historiadores, mas considera um “esnobismo idiota” se querer ser França Equinocial, ou por demais presunçoso ser Atenas Brasileira, pois “se tem tudo para ser modelo e prefere-se ser cópia”.

Na mesma linha argumentativa de seus outros textos, José Chagas se mostra descrente quanto à fundação francesa e à Atenas Brasileira. Propõe uma substituição de ambas pelo valor intrínseco da cultura local sem necessidade de comparações, modelos ou passado nobre.

²⁰ 8/jan/02 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 6.

²¹ 10/ago/02 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, Coluna “Hoje é Dia de”, p. 8.

É Jomar Moraes que retoma o debate em “São Luís, ano 390”²², afirmando que os franceses fundaram a cidade. Considera a importância do efeito produzido pela chegada da expedição francesa que fundou a França Equinocial, identifica que as solenidades da missa e posse da terra em nome do rei da França ocorreram com beleza e pompa, representando o domínio espiritual e a conquista administrativa. Na contramão do que já havia exposto em textos anteriores, Jomar Moraes ignora o debate levantado e reafirma toda a construção mítica, conciliando as cerimônias civis e religiosas com a importância da expedição francesa para a história do Maranhão.

O trabalho de Antonio Carlos Lima, “Os franceses no Maranhão”²³, faz as primeiras inferências na problemática levantada por Lourdes Lacroix. Considera que o Maranhão fora abandonado pelos portugueses e a experiência francesa subestimada, dada a condição de florescente colônia. Segundo ele, os portugueses teriam apagado os vestígios do ato de desafio e desrespeito dos franceses, passando a serem considerados pelos historiadores (portugueses, repetidos pelos brasileiros) como invasores e piratas. Assim o sonho dos capuchinhos de construir uma nação de índios civilizados teria se transformado numa aventura despropositada e inconseqüente. Somente com a reedição dos livros de d’Evreux e de Abeville, segundo Antonio Carlos Lima, é que se percebeu a precedência dos franceses sobre os portugueses na fundação de São Luís, embora a cidade seja obra dos portugueses. O que teria sido importante para a revisão do papel dos franceses fora a reedição dos livros, em fins do XIX, e seu acesso pelo meio intelectual, e não a ação de passadistas para compensar a decadência com a criação da singularidade.

Dessa forma, segundo Antonio Carlos Lima, a despeito da influência da França, São Luís permaneceu a mais portuguesa das cidades brasileiras. Considera caro aos maranhenses os depoimentos que falam da amizade e do respeito com que os franceses teriam tratado os habitantes da terra. Os depoimentos de d’Evreux e Abeville ajudariam a construir uma aura de simpatia em torno daqueles franceses que falaram com tanta admiração, ternura e respeito sobre esta ilha e seus habitantes. Daí reconhecer os atos de posse e cerimônias religiosas como marcos da fundação de São Luís foi um passo.

²² 4/set/02 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, Coluna “Hoje é Dia de”, p. 8.

²³ 8/set/02 – Estado do Maranhão, Caderno Especial “390 Anos”, p. 4

O autor combate os argumentos de Lourdes Lacroix pela hipótese de que houve um desconhecimento dos historiadores e cronistas citados por ela acerca da obra dos capuchinhos, só descoberta no século XX, o que provocou a revisão do papel dos franceses. Mas não explica como essa “revisão” virou “fundação”, pois na obra dos capuchinhos não se fala em fundação da cidade. Ao lado disso, seu texto demonstra um certo anacronismo quando quer tornar contemporânea a “simpatia” dos franceses da época pelos “habitantes da terra” a um sentimento recente ou mesmo atual em relação as habitantes de hoje, enxergando com os olhos do século XX uma construção do século XVII eivada de outros interesses, como o apoio dos “da terra”, no caso os indígenas, a um eventual ataque português. É fato que Antonio Carlos Lima não consegue endossar a tese da fundação, mas tenta explicar a “revisão” do papel dos franceses por um olhar diferente, ainda que turvo.

Em texto de mesma data que o de Antonio Carlos Lima, José Chagas, sob o título “A tristeza e a alegria de uma aniversariante”²⁴, repete seus argumentos sobre a “confusão histórica” do seu último texto. Fala que Holanda deixou mais vestígios materiais do que França e que, apesar disso, a ilha acabou por se tornar portuguesa, mas imaginando-se francesa. É assim que, sem nenhuma certeza, sempre se quer, segundo ele, a cidade como francesa, mesmo sabendo que ela ficou portuguesa, com certeza.

Logo depois, Abel Ferreira apresenta “Em defesa da origem francesa de São Luís”²⁵, onde afirma que a História se constrói, precisamente, com a ocorrência de fatos e com o registro de tais ocorrências. Para ele, a idéia mítica da fundação surgiu como decorrência de uma incerteza, um vazio relacionado à origem de nossa cidade, que nunca foi sanado devido à pouca documentação da época que ateste o que realmente ocorreu. Considera que somente os franceses apresentam-se documentalmente comprovados, mesmo que suas cerimônias não tivessem a finalidade de fundar a cidade, podendo ser estas consideradas como marco zero, porque não há registro de que os portugueses tenham realizado atos cerimoniais de fundação de São Luís.

Para Ferreira, a História se constrói através de fatos e não pelas opiniões, especulações ou interpretações de historiadores, por mais ilustres e respeitáveis que eles possam ser. Portanto, Lourdes Lacroix apenas evidenciou a incerteza que envolve a tese de

²⁴ 8/set/02 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, Coluna “Hoje é Dia de”, p. 8.

²⁵ 12/set/02 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 6.

que os franceses fundaram São Luís. Argumenta que se formos formalistas ao extremo, chegaremos à conclusão de que São Luís não foi fundada nem por franceses, nem por portugueses, não havendo um ato cerimonial inequívoco de fundação da cidade. Considera ainda que Jerônimo de Albuquerque continuou e regularizou uma situação de fato criada por Daniel de La Touche. Mesmo que os franceses não tivessem essa intenção, foram os fundadores da cidade de São Luís. Portanto, “a César o que é de César”, reconheça-se, sem mais contestações, que a mais lusitana das capitais brasileiras nasceu francesa.

Uma incompreensão acerca de Teoria da História depreende-se do trabalho de Abel Ferreira. Os argumentos do autor guardam alguma semelhança com o velho pensamento positivista da “busca do registro” e do que “realmente ocorreu”, assim como ignorância em relação à análise historiográfica, tanto a empreendida por Lourdes Lacroix como a feita por ele mesmo, em especial, quando afirma que somente o registro dos franceses existiu. Ao lado disso, faz uma reinterpretação dos atos cerimoniais franceses como justificativa de que, por não existirem outros, podem ser tomados como fundadores, contraditório com o que havia afirmado sobre o registro do que “realmente ocorreu”. A exemplo de Clóvis Cabalau, repete a construção de ser São Luís “a mais lusitana das capitais brasileiras, mesmo nascendo francesa”. Essa afirmação só se faz possível com a interdição do debate (“sem mais contestações”).

Flávio Reis, em “O Maranhão bárbaro e sua miséria historiográfica”²⁶, reflete uma resposta às indagações levantadas. Questiona como uma sociedade “miserável” criou para si uma imagem bela e distinta no conjunto da colonização portuguesa e aponta os “efeitos paralisantes” daí decorrentes, que atravessaram todo o século XX. Imagem alicerçada numa escrita da história voltada para si própria, imaginária, refletindo ao inverso os processos em curso, com forte teor oficialista, incapaz de qualquer crítica, nos limites da ingenuidade delirante e incólume ao debate historiográfico.

Para o autor, nem os livros de Abeville e d’Evreux, nem a contraposição do lusitanismo pelo galicismo no século XIX, são suficientes para sedimentar a criação de um mito de fundação. A historiografia vai encampar, e ao mesmo tempo compor, o que nada mais é do que uma percepção de mundo das elites decadentistas. Sendo assim, a sugestão de um apagamento dos rastros franceses pelos portugueses é apenas uma forma frágil de

²⁶ 22/set/02 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 3.

contornar o problema. O apego quase religioso aos feitos narrados pelos capuchinhos franceses não resolve também o problema.

Na mesma linha, Lourdes Lacroix revisita em “Cronistas do Maranhão colonial”²⁷ escritos de cronistas, agentes militares e religiosos à serviço da expansão e conquista, e dos domínios coloniais portugueses, quais sejam: Diogo de Campos Moreno, Simão Estácio da Silveira, João Felipe Bettendorff, Bernardo Pereira de Berredo, José de Moraes, Raimundo José de Sousa Gaioso e Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, que viveram e escreveram entre os séculos XVII e XVIII. Aponta que os franceses sempre foram tratados como invasores e que a fundação de São Luís foi realizada por Jerônimo de Albuquerque, assim como, a despeito do afirmado por Antonio Carlos Lima, a maioria utilizou ou teve conhecimento dos manuscritos dos padres capuchinhos. A partir de fins do século XIX, aponta a autora, surgiu uma nova percepção, não pelo desconhecimento de verdades históricas contidas em obras anteriormente proibidas, mas pelo ressentimento da elite decadentista local que releu o testemunho do capuchinho como prova da presença fundadora, e não mais invasora, dos franceses. O reconhecimento tardio e a leitura fantasiosa da narrativa do frade singularizando a origem da cidade, são, na verdade, a criação de um mito que veio reforçar a noção de civilidade erigida em torno da perífrase Atenas Brasileira. A dissociação das figuras do fundador e colonizador, portanto, instaura o enunciado básico do atual mito de origem: “São Luís, cidade portuguesa, fundada por franceses”.

Percebe-se que a diferenciação entre colonizador e fundador serve para reforçar o mito, pois, vincular colonização aos portugueses, implica em reconhecer que as determinações econômicas, políticas e sociais, e mesmo a transformação em cidade couberam aos portugueses, enquanto que o papel de fundador está ligado a um passado imaginário, ponto de origem, que se mantém ao longo do tempo, dando um sentido, fora da história, num presente que não cessa sob as mais diversas vestes que assume.

Sálvio Dino introduz novo elemento para discussão em “A memória do Forte de São Francisco fortalece o turismo”²⁸, argumentando que embora a História Oficial queira fazer uma “tatuagem portuguesa em nosso corpo”, ninguém tira da cabeça do são-

²⁷ 3/nov/02 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 6.

²⁸ 18/mar/03 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, Coluna “Hoje é Dia de”, p. 6.

luisense sua origem francesa (“quem mudou as primeiras fraudas da nossa cidade foram as parteiras francesas”). Mostrar-se-ia oportuno o projeto-resgate do Forte onde ocorreu a cerimônia de rendição a Portugal, considerando os benefícios de uma política de desenvolvimento, combatendo as desigualdades, através do turismo, com a geração de emprego, no intuito de mudar os destinos de uma cidade que nasceu eminentemente francesa.

Ao lado do elemento turístico como justificativa para o projeto de recuperação do forte, Sálvio Dino, como José Chagas, guarda o sentimento de que São Luís foi mesmo fundada por franceses sendo que “ninguém tira da cabeça do são-luisense” essa idéia, pelo menos a de que foi “nascida francesa” como afirmam Abel Ferreira, Clóvis Cabalau e Jomar Moraes. Não estariam essas idéias muito mais na cabeça do grupo *acadêmico-jornalístico* do que na dos são-luisenses?

O trabalho de José Marcelo Espírito Santo em “A fundação francesa de São Luís”²⁹ afirma que São Luís foi fundada em 1612 por franceses, liderados por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiere, e que São Luís desenvolveu-se através da colonização portuguesa, a partir de Jerônimo de Albuquerque. Para ele, a revisão da história da fundação da cidade deve incluir elementos da gênese urbana, verdadeiros balizadores do surgimento de São Luís, que apontam os franceses como fundadores, pois, segundo ele, foram os primeiros que alteraram o espaço natural, ou seja, criaram um “fato urbano”. Portanto, o momento primeiro da gênese da cidade se deu através dos franceses. Para o autor, deve-se fazer uma abordagem distanciada dos modos como a sociedade maranhense criou ou transformou a história sobre a fundação da cidade e de como suas elites construíram uma imagem de passado glorioso em contraponto ao momento de crise econômica, segundo afirma, o que interessa discutir é o “fato urbano”.

Discordando de José Marcelo e fazendo um balanço do debate até então, Flávio Reis, em “Mito e fundação – réquiem para historiadores”³⁰, considera que a proposição básica do trabalho de Lourdes Lacroix – “porque os franceses passaram a ser olhados como fundadores, se até então eram tratados como invasores” – permanece intacta dada a timidez do debate e o escopo reduzido das apreciações. Classifica as diferentes

²⁹ 15/set/03 - O Estado do Maranhão, Caderno “Opinião”, p. 2.

³⁰ 28/set/03 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 3.

análises em três tipos: os que tratam o Maranhão como objeto de devoção num “simplismo impotente”; os que afirmam que os trabalhos dos capuchinhos (d’Evreux e Abeville) não eram conhecidos dos portugueses até o final do século XIX; e, os que reafirmam a dissociação entre fundação e colonização, entendendo existir uma cidade que passou para os portugueses após a vitória.

Além disso, Flávio Reis destaca o mutismo na seara universitária, em especial dos profissionais afetos à historiografia. Para ele, a volta contínua ao relato dos capuchinhos e a cata de sinais que “comprovem” algo anteriormente imaginado será sempre o caminho de um raciocínio enquadrado na “circularidade mítica”. Aí, considera ele, “cada qual vê o fantasma que quer”.

O contraponto à tese da gênese urbana de José Marcelo é dado por Flávio Reis. Este ressalta que somente não discutindo o que de fato está em discussão se aceitaria os argumentos sobre um “fato urbano”, ou seja, a existência de uma cidade quando da chegada dos portugueses. Ao lado disso, destaca um ponto muito importante: o “mutismo na seara universitária” sobre o debate, em especial dos historiadores. Apenas Lourdes Lacroix, historiadora por formação e com obra reconhecida, pertence aos quadros universitários, os demais debatedores pertencem a outras áreas do conhecimento.

Numa interpretação bem original, Abel Ferreira em, “Tratado de Tordesilhas e a invasão francesa do MA”³¹, considera que existe uma “visão pró-ibérica” impregnada na história local, que qualifica os franceses como invasores. Argumenta que o Tratado de Tordesilhas, firmado entre Espanha e Portugal, não obrigara a França ou qualquer outro país a restringir sua soberania no intuito de buscar novas terras no Novo Mundo. Portanto, e diante da negligência portuguesa com a colonização do Maranhão, as tentativas francesas de conquistar estas terras tinham respaldo na doutrina do *jus possidetti*, isto é, de que o domínio de determinado território só seria reconhecido pela efetiva posse da região. Dessa forma, a expulsão dos franceses do Maranhão ocorreu sem base legal, sem legitimidade, permitindo-se, de acordo com a nova configuração do Direito Público Internacional, que os franceses residentes no nosso estado reivindiquem o mesmo tratamento dado aos portugueses, a considerar injusta a expulsão, e se for desejo dos maranhenses.

³¹ 5/out/03 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 3.

A leitura de Abel Ferreira sobre a história do Maranhão aponta para uma conspiração, uma “visão pró-ibérica” indicaria os franceses como invasores e não como conquistadores legítimos. Ele opera um anacronismo e um paralelo por demais estranhos. Deseja que os franceses que hoje residem no Maranhão tenham os mesmos direitos de cidadania que os portugueses, comparando os mais de trezentos anos de colonização portuguesa e os fortes traços culturais deixados em todo o país, a uma efêmera permanência de três anos dos franceses ocorrida no século XVII que não deixou nenhum vestígio material ou cultural. Trabalhando com argumentos alienígenas à ciência histórica, como a idéia de justiça histórica ou reparação pelo “desejo dos maranhenses”, numa construção que passa ao largo do debate historiográfico, cria uma inversão histórica de papéis e mistura história com direito de forma irracional e anacrônica, ou seja, como afirmou Flávio Reis, “nos limites da ingenuidade delirante”.

Seguem-se os textos “Ainda a fundação de São Luís”³² e “Fundação de São Luís: verdade e mito”³³, de Wilson Pires Ferro, onde afirma que a leitura de Abeville comprova a identidade francesa da cidade de São Luís, dada a fundação do forte, de um ancoradouro e uma estrutura característica de uma cidade. Argumenta, ainda, que não parece crível que os franceses viessem com o objetivo de fundar apenas um forte. Para tanto, elenca os trabalhos de Robert Southey (1774-1833), que narra a fundação do forte, e de Mário Veiga Cabral (1959), que fala da fundação da cidade. Ao mesmo tempo afirma que os que se opõem à fundação francesa baseiam-se no trabalho da historiadora inglesa Patrícia Seed, cuja pesquisa foi feita em pouco tempo e não pode ser comparada aos historiadores anteriormente citados e ao livro de Ferdinand Denis (1798-1890), referindo-se ao feito francês. Portanto, assegura, foram sim os franceses os fundadores da cidade de São Luís.

No segundo texto, Wilson Pires Ferro, retoma alguns de seus argumentos anteriores e acrescenta os trabalhos de Mário Meireles, que fala da fundação da colônia da França Equinocial, repetindo que se torna difícil acreditar que os franceses organizassem uma expedição ao Brasil apenas com o objetivo de fundar um forte. Demonstração disso seria a manutenção do nome francês pela cidade. Questiona o porquê do afã de destruir o

³² 19/dez/03 - O Estado do Maranhão, Caderno “Opinião”, p. 2.

³³ 09/jan/04 - O Estado do Maranhão, Caderno “Opinião”, p. 2

mito, considerando que outras cidades, como Roma, mantêm mitos fundadores e procuram alimentá-los e explorá-los ao máximo para fins turísticos.

Os dois textos anteriores são eivados de contradições. O autor cita trabalhos que falam da França Equinocial ou do forte, mas não da fundação da cidade, e afirma que provam o feito francês, ignorando a análise historiográfica empreendida por Lourdes Lacroix. Utiliza achismos nas formulações “não parece crível” ou “torna-se difícil acreditar” para justificar sua compreensão de que o projeto francês foi mais que uma simples expedição e que efetivamente fundou a cidade. Defende que o mito seja mantido pelo menos para fins turísticos (“à exemplo de Roma”) numa comparação estapafúrdia entre locais e períodos diferentes.

Os trabalhos de Wilson Pires Ferro expressam claramente a “circularidade mítica” referida por Flávio Reis. Volta-se continuamente ao relato dos capuchinhos e se vê o “fantasma” que se quer, no caso, uma fundação francesa.

O elemento do forte, tocado por Sálvio Dino, merece novo trabalho de Lourdes Lacroix, em “O Foirt Saint Louis”³⁴, onde, a partir da descrição dos frades capuchinhos, aponta que não houve nenhuma construção sólida no lugar do forte, feito num promontório e tendo como materiais madeira e terra. Nenhuma escavação mostrará resquícios de um forte edificado pelos franceses, pois a primeira construção em pedra e cal foi mandada levantar pelo português Alexandre de Moura. Segundo Lacroix, qualquer iniciativa no sentido de restaurar o “Foirt Saint Louis”, como notificado pela imprensa, resultará em algo muito longe da realidade histórica. Na verdade, considera Lourdes Lacroix esta mais uma das muitas distorções com o intuito de conservar o mito da origem francesa da cidade, o que, além de afagar o narcisismo ludovicense, reafirmando a singularidade, torna-a mais interessante como atração turística. O que mantém incólume a questão central da historiografia maranhense: por que a reinterpretação de fatos anteriormente descritos e muito conhecidos por historiadores e cronistas dos séculos XVIII e XIX resultou na construção de toda uma mitologia, defendida como algo sagrado pela maioria dos intelectuais no decorrer do século XX?

³⁴ 2/mai/04 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 7

Numa resposta à investida de Lourdes Lacroix, Wilson Pires Ferro em “Origem do Forte de São Luís”³⁵, entende que há um propósito obstinado de se destruir, em curto espaço de tempo, o que no ano 2012 completa quatro séculos – “a origem de São Luís”. Para isso, segundo ele, utilizam compêndios de história à luz de interpretações revisionistas para a apagar o feito francês e provar que a “certidão de nascimento” de São Luís é falsa. Argumenta que desconsiderando as inventivas históricas, torna-se difícil acreditar que os franceses organizassem uma expedição ao Brasil com tomada de posse, atos e celebração, construção de armazém, forte, casas, ancoradouro, somente para fundar um forte ou nem isso. Conclui que eles fundaram sim, São Luís. Considera ainda que pela leitura atenta dos textos de Abeville e d’Evreux não parecem frágeis a estrutura do forte, mesmo que não tivessem tempo para uma construção mais sólida, sendo assim, a reforma do forte não o retratará em sua versão original, mas restaurará a sua memória e é isto que não desejam os revisionistas.

Os argumentos do autor acima referido são os mesmos utilizados nos seus textos anteriores, acrescenta-se uma repetição da teoria da conspiração de Abel Ferreira, agora no tocante a destruir a “origem de São Luís” às vésperas do seu quarto centenário, levada a cabo por forças revisionistas (o grupo *intelectual?*), retoma a “circularidade mítica” e aponta que o forte restaurará a “memória do feito gaulês”. Para tanto, as inventivas históricas devem ser deixadas de lado, obviamente, pois sem o sacrifício do intelecto e do debate historiográfico fica impossível sustentar os argumentos de Wilson Pires Ferro. Curioso notar que, ele mesmo afirma fugir de trabalhos com cunho histórico e não fazer grandes pesquisas na elaboração de seus artigos e crônicas³⁶, mas contraditoriamente critica os trabalhos de historiadores e vê “fantasmas” em suas leituras.

Ainda no tocante à discussão sobre o forte, Lourdes Lacroix escreve “Os Baluartes de São Cosme e São Damião”³⁷, retomando a conclusão anterior de que a fortificação francesa não foi mais do que defesa transitória, nem nos livros dos capuchinhos Abeville e d’Evreux, nas cartas de outros galeses, relatórios ou sumário das realizações de La Ravardiere foi feita alusão a qualquer construção perene. Da mesma forma, os registros

³⁵ 16/mar/04 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 6

³⁶ Ver na matéria “Livros autografados em família” – O Estado do Maranhão, 27/mar/05, Caderno “Alternativo”, p. 6.

³⁷ 6/jun/04 - O Estado do Maranhão, Caderno “Alternativo”, p. 6.

portugueses não relatam nenhuma construção de pedra, nem baluartes ao nível do mar entre 1612 e a batalha de Guaxenduba. As construções em pedra são obras dos portugueses e, ao longo dos séculos XIX e XX, houve uma progressiva confusão nas informações sobre o forte. O que, segundo ela, implica na necessidade de uma pesquisa mais aprofundada, feita sem pressa, sendo que a reconstituição do forte servirá, certamente, para alimentar o mito da fundação da cidade, apresentando as marcas da ação portuguesa como resquício de uma fortaleza francesa.

O debate recebe a última intervenção de Abel Ferreira em “Crônica sobre a França Equinocial”³⁸, onde resgata o argumento de seus textos anteriores, reafirmando que nossa História ainda está impregnada de uma visão pró-ibérica dos fatos, algo que precisa ser urgentemente reavaliado. Aponta que Portugal e Espanha foram mesquinhos em relação aos demais estados europeus no que toca às terras americanas. Considera que o não apoio da coroa francesa ao projeto da França Equinocial não lhe tira a legitimidade, dado que todos já desafiavam o monopólio colonial de Espanha e Portugal. Portanto, o título de invasores cabe mais aos portugueses do que aos franceses, pois estes ocuparam uma região abandonada. Deve-se reconhecer o que o passado lusitanista não permitiu que uma invasão portuguesa, determinada pela Espanha, maculasse a fundação da cidade de São Luís e passasse despercebida por quase quatro séculos.

Numa retomada dos textos anteriores, Abel Ferreira consolida sua visão invertida da história do Maranhão. Aponta que os invasores foram os portugueses, que macularam a fundação francesa da cidade de São Luís. Não consegue manter a tese, mas opera a demonização dos portugueses, consolidando o discurso do grupo *acadêmico-jornalístico*.

Nos meses subsequentes não registramos nenhuma intervenção do grupo *intelectual*, apenas textos de um único integrante do grupo *acadêmico-jornalístico*, Jomar Moraes³⁹.

Jomar Moraes assevera que não sabe mais se São Luís foi fundada ou afundada. Afirma que o relato de Abeville é digno de confiança para dirimir as dúvidas sobre a fundação, entendendo-a fundada por franceses, invadida e saqueada por holandeses

³⁸ 8/set/04 – O Estado do Maranhão, Caderno “São Luís 392 Anos”, p. 12.

³⁹ Os textos são todos de sua coluna semanal no Jornal O Estado do Maranhão e foram publicados em 1/jun/05, 7/set/05, 28/set/05 e 5/out/05, Caderno “Alternativo”, p.8.

e colonizada por portugueses, sendo a cidade cosmopolita em sua gênese, apesar de advertir que é mais ou menos regra da história maranhense. Estas seriam divergências de versões construídas pelos muitos que nela “metem o bedelho”, nem sempre autorizados para tal. Entende que não é correto desconhecer a importância das discussões precedentes, pois elas geralmente suscitam dúvidas que podem conduzir a certezas, mediante exames acurados. Procedimento de natureza diametralmente oposta é sair “inventando” pelo mero desejo ou prazer de fazê-lo. Faz a mesma leitura de Abeville, em quem afirma crer piamente, que a cerimônia de adoração da cruz e os atos civis descritos constituem memória da soleníssima fundação de São Luís.

O texto de Jomar Moraes é uma síntese dos sacrifícios necessários para a manutenção da construção mítica: anacronismos, repetição acrítica e contradições. O anacronismo está em ver cosmopolitismo na história de São Luís e do Maranhão pela participação de diferentes países, quando na verdade estavam em guerra pelo domínio colonial, e não numa convivência harmoniosa. A repetição acrítica está em considerar os atos cerimoniais como fundação de São Luís, ignorando o debate já travado e todas as questões levantadas. Contraditoriamente, afirma que se deve conhecer as “discussões precedentes”, algo que na verdade ignora, ao mesmo tempo entende ser necessário autorização para “meter o bedelho” na história maranhense, não especificando de quem ou de que. Mais interessante ainda é quando diz “crer piamente” em Abeville, quando afirmou, anteriormente, numa entrevista, que o livro do capuchinho deveria ser rasgado e considerado apócrifo⁴⁰.

Considerações finais

No primeiro momento, os discursos do grupo *acadêmico-jornalístico* encaminharam-se no sentido de manter a imagem da Atenas Brasileira e a origem francesa de São Luís, seguida de uma consolidação/colonização portuguesa, confundindo posse do território com fundação da cidade e garantindo, pelo menos, um nascimento francês. Num segundo momento, opera-se uma reinterpretação dos atos franceses como fundação da cidade, destacando-se o pioneirismo, a simpatia com os habilitantes da terra, a própria

⁴⁰ O Imparcial, 8/set/03, Caderno Especial “391 Anos”, “Franceses que Nada!”, p. 2.

gênese urbana feita pelos gauleses, ao mesmo tempo, espezinham-se os portugueses. Numa inversão histórica, os invasores foram os portugueses: pois os franceses tinham maiores interesses e projetos nas terras do Maranhão, do que simplesmente construir um forte, nada mais justo considerá-los como fundadores, mesmo que não tenham sido ou não tivessem essa intenção.

O grupo *acadêmico externo* constrói um discurso ambíguo. Por um lado reafirma a existência do período áureo de efervescência intelectual, por outro, ressalta que a experiência francesa se constituiu em ameaça aos portugueses. Mesmo que não tenha resultado na fundação da cidade, o feito francês merece destaque. Aponta para uma aceitação dos argumentos do grupo *intelectual*, mas evidencia que mesmo sabendo que a cidade ficou só “portuguesa com certeza”, se quer ela como francesa, pois “ninguém tira isso da cabeça do são-luiseense”, ao lado disso existem os benefícios turísticos.

O grupo *intelectual* aponta para a esclerose pensamental na escrita da história do Maranhão, presa na adoração de um passado idílico de cultura e civilidade que deve ser compensador do atraso econômico. Dessa forma, o marasmo social convive com uma sublimação cultural, numa miopia intelectual diante da história, para a manutenção de um orgulho fantasioso de uma superioridade irreal. Os franceses tentaram invadir da mesma forma vários pontos da costa colonial brasileira e sua experiência no Maranhão não passou de uma tentativa frustrada que não fundou coisa alguma, mas serviu de base para uma construção mítica da origem e do patamar intelectual local durante o século XX, a despeito de toda a historiografia anterior apontar o extremo contrário.

Tendo em vista a carência argumentativa ou ignorância mesmo dos grupos anteriores, o grupo intelectual aponta para a necessidade de refletirmos sobre a história do Maranhão, onde a imaginação, a inversão dos processos, o oficialismo, a ausência de crítica e a ignorância em relação aos debates historiográficos nacionais fazem parte de suas características, ao mesmo tempo, quando se demonstra que a construção do mito é recente, a sociedade se esforça em construir uma imagem bela de si, de um passado glorioso, de uma origem francesa diante de uma realidade de miséria social e exclusão.

Entende-se que os grupos *acadêmico-jornalístico* e *acadêmico externo* se mostraram incapazes de sustentar um debate ou mesmo um diálogo produtor com o grupo *intelectual*, cujas proposições permaneceram quase que intocadas.

Observa-se, ainda, que apesar da maioria dos participantes do debate saírem em defesa da fundação francesa, poucos têm vinculação à universidade, os poucos que a possuem não estão ligados ao campo dos profissionais da história. Por conseguinte, temos a produção de um discurso alheio à disciplina, calcado em “achismos”, inversões analíticas, repetições, equívocos ou ignorância pura e simples. Para se afirmarem necessitam combater a História enquanto disciplina, minar o papel dos historiadores e a importância do debate que permanece em aberto, carente de algumas respostas, especialmente dos historiadores maranhenses.

Após a pedrada no espelho, enveredamos sobre os estilhaços e deles extraímos um discurso persistente de reforço do mito francês *pari pasu* ao discurso racional e historiográfico. Fazendo uma avaliação entre os dois, o segundo se mostra bem sucedido em sua tarefa, desconstruir o mito, mas incapaz de sobrepor os que optaram pelo mesmo.

O espelho se mantém apenas no meio jornalístico, e distanciado da universidade e dos historiadores. É certo que com uma imagem distorcida, fruto da pedrada e dos estilhaços que a análise de Lourdes Lacroix, acompanhada pelos escritos de Flávio Reis e Flávio Soares, empreendeu.

REFERÊNCIAS

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Lithograf, 2002.

NECOLINI, Marildo José. **O Intelectual latino-americano hoje: caminhos e descaminhos**. An. 2 Congr, Bras. Hispanistas, Oct. 2002.

NOVAES, Adauto. **O que é intelectual?** Disponível em www.cultura.gov.br. Acesso em 05/ago/06.

O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís: Gráfica Escolar, 2001-2005. Diário.

O IMPARCIAL. São Luís: Pacotilha, 2001-2005. Diário.

ROMANO, Roberto. **Intelectuais e Universidade**. Palestra proferida em 18 de junho de 1998 em debate promovido pela Associação de Docentes da UERJ. Disponível em www.unicamp.br/ifch/romano/artigos/intelectuaiseuniversidade.htm. Acesso em 10/mai/06.